



CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO: uma revisão de literatura

*Eliane Joaquina de Souza Arellano*¹

*Tatiane Castro dos Santos*²

Eixo temático: 2- Alfabetização e história

Resumo: Este trabalho teve como objetivo conhecer e discutir, de forma breve, as concepções de alfabetização no decorrer da história, por meio de uma revisão de literatura. De natureza qualitativa, o estudo foi realizado a partir dos seguintes autores: Galvão (2005), Smolka (2013), Mortatti (2014), Braggio (1992), Ferreiro (1979), Teberosky (1979), Goulart e Gonçalves (2021), Kramer (2019), Kleiman (2005-2010), Cagliari (1993), Oliveira (2005), Faria (2013), Alves (2013); Bortoni (2004), Lemos e Sá (2013), Santos e Silva (2007), dentre outros. Os resultados apontam que, hoje, buscamos assumir uma concepção de alfabetização na qual ler e escrever não são apenas um processo que envolve codificar e decodificar letras e sons, mas é, também, construir sentido por meio da escrita. Além disso, observamos que, ao longo da história, a partir do avanço no campo da linguística, da psicologia e com as discussões em torno do letramento, houve um questionamento dos métodos mecanicistas. Desse modo, há uma preocupação em alfabetizar de forma significativa, com base na realidade da criança e no contexto das práticas sociais. Nessa perspectiva, o professor assume o papel de mediador no processo de ensino/aprendizagem e mobiliza os saberes e as vivências das crianças no cotidiano da sala de aula. Na perspectiva de Braggio (1992), consideramos que caminhamos na construção de concepções menos ingênuas de alfabetização.

Palavras-chaves: Concepções de Alfabetização; Métodos; Revisão de literatura

Introdução

Ao analisarmos o percurso histórico da alfabetização, observamos que, durante muitos anos, o ensino foi realizado por meio de vários métodos mecanicistas, nos quais o aluno não era considerado no processo da aprendizagem. Tinham como base a memorização e não respeitavam o tempo da criança, ou seja, a metodologia de ensino era igual para todos, independentemente de suas dificuldades, não considerando a realidade da criança (BRAGGIO, 1992).

A aprendizagem, nessa visão, realizava-se por meio do decorar, do memorizar, em uma repetição árdua de atividades, pautadas apenas na fixação dos conteúdos. Nesse

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Contato: elianearellanoj@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professora Associada do Centro de Educação Letras e Artes da Universidade Federal do Acre – Ufac. Contato: tatiane.santos@ufac.br

modelo, o ensino de alfabetização estava restrito a uma perspectiva mecanicista, estando desvinculada de uma aprendizagem significativa. De acordo com Ferraro (2014), nos últimos 30 anos, a alfabetização tem sido um dos temas mais discutidos no âmbito educacional brasileiro: disputa em torno de qual método é melhor, que metodologia usar, o que fazer em uma sala com diferentes níveis de aprendizagem, como mudar o quadro de analfabetismo no Brasil, entre outros temas relacionados à alfabetização.

Diante disso, no decorrer da história, vários métodos tradicionais foram utilizados, dentre eles os mais comuns são os sintéticos, os analíticos e os analíticos/sintéticos. Com o tempo, foram se aperfeiçoando as formas de alfabetizar, tendo como base, também, a psicologia, a linguística e outros campos. No entanto, muitos métodos apresentados ainda não consideravam o conhecimento prévio da criança, como veremos neste texto.

Portanto, consideramos ser de extrema importância estudar essa temática, para que se possa compreender os métodos de alfabetização, as concepções a eles subjacentes e suas implicações pedagógicas. Para isso, é necessário analisar sua história, a fim de refletirmos sobre o que mais pode ser feito, para que, dentro do que nos cabe, como docentes e como escola, oferecer um ensino de qualidade.; e para que possamos lutar por políticas de alfabetização mais efetivas.

Este estudo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida na licenciatura em Pedagogia, como Trabalho de Conclusão de Curso, que discutiu o papel do professor alfabetizador diante da diversidade nas turmas de alfabetização. Neste texto, apresentamos, de forma breve, um estudo acerca das concepções de alfabetização em uma perspectiva histórica. Nosso objetivo geral consiste em conhecer e discutir, de forma breve, as concepções de alfabetização no decorrer da história, por meio uma revisão de literatura. E, para que o objetivo fosse alcançado, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, que contou com um estudo bibliográfico, uma revisão sistemática das concepções métodos de alfabetização. De acordo com Noronha e Ferreira (2000, p. 191), os trabalhos científicos de revisão têm como base uma produção bibliográfica que está relacionada a uma área temática específica, tendo um recorte de tempo.

Para embasar o estudo, trouxemos autores como: Galvão (2005), Smolka (2013), Mortatti (2014), Braggio (1992), Ferreiro (1979), Teberosky (1979), Goulart e Gonçalves (2021), Kramer (2019), Kleiman (2005-2010), Cagliari (1993), Oliveira (2005), Faria (2013), Alves (2013); Bortoni (2004), Lemos e Sá (2013), Santos e Silva (2007).

Assim, o presente trabalho está organizado em duas seções: na seção 1- Introdução, trazemos um breve resumo sobre os principais pontos a serem discutidos no trabalho, no que diz respeito à alfabetização, aos métodos utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental; apresentamos o tema, o objetivo geral e a metodologia. Na seção 2- “história da alfabetização:

O que é alfabetizar?”, iniciamos uma discussão sobre o conceito de alfabetização, trazendo um breve resumo dos métodos utilizados, desde os métodos mecanicistas até as metodologias na perspectiva discursiva. Na seção 3- apresentamos os resultados e discussões. A seção 4 traz as considerações finais; e, por fim, temos as referências, que destacam os teóricos que foram utilizados para dar suporte e embasar nossa pesquisa.

2 História da alfabetização: que é alfabetizar?

A alfabetização é um dos temas mais discutidos no Sistema Educacional Brasileiro e tem predominado nos últimos 30 anos (FERRARO, 2014). Apesar de muitos avanços, ainda é necessário discutir sobre o tema, pois, infelizmente, na atualidade, ainda são utilizados métodos tradicionais na área da educação, os quais já foram estudados e considerados pouco eficazes, por serem mecanicistas. Encontramos crianças com diversas dificuldades no processo da alfabetização, mas não porque elas são incapazes de aprender, mas por questões que envolvem, algumas vezes, a metodologia utilizada, baseada em concepções que não atendem às necessidades e às realidades dos aprendizes.

Nesse sentido, tratando-se da história da alfabetização, desde a reforma eleitoral em 1878 até 1881, Ferraro (2014) diz que o analfabetismo se torna um problema nacional, pois a pessoa que não era alfabetizada não tinha o direito ao voto. De uma forma generalizada, ser analfabeto no Brasil significava não saber ler e escrever. Em sua origem, esse termo sempre foi visto de maneira negativa, referindo-se a uma pessoa ignorante. Somente no século XVIII que se passou a ver a questão da escolarização do povo e, no século XIX, a alfabetização teve mais visibilidade, não só no Brasil, como também em vários países.

Em 1872, o Brasil foi visto como o país que mais tinha analfabetos, e, diante desse contexto, entra a reforma eleitoral, dando o direito ao voto apenas àqueles que eram alfabetizados, alargando, assim, a participação popular. De 1958 a 1984, temos duas propostas de alfabetização que se destacam, uma criada por Paulo Freire e outra pelos tecnocratas da Ditadura. Com o intuito de alfabetizar e conscientizar a população brasileira, Paulo Freire cria um método em 1961, que se apresenta contra o conservadorismo e introduz movimentos de cultura e educação (FERRARO, 2014).

Ainda segundo Ferraro (2014), em 1963, o método de Paulo Freire é levado para o I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife. Essa perspectiva de alfabetização apresentava uma inovação, tendo como base para o ensino palavras relacionadas à realidade dos alunos. Assim, Freire mostra que a aprendizagem se dá por meio da afetividade com as palavras.

De acordo com Ferraro (2014), apesar de todos os movimentos sociais e a primeira Constituição de 1924 ser a favor da alfabetização como uma instrução gratuita a todos os

cidadãos, somente em 1934 que esse direito foi oficializado no Brasil de maneira mais explícita. Com a Constituição de 1988, passa a ser dever do Estado oferecer educação do ensino fundamental de maneira gratuita como direito a todos os indivíduos.

Outro fator que o autor menciona que contribuiu para esse avanço foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 9394/96, pois, a partir dela, a alfabetização passou a ser conhecida como algo além da aprendizagem de um sistema e focou em questões que discutem os estudos do letramento, sobre o qual falaremos mais adiante, sugerindo, assim, novas práticas de ensino e aprendizagem da língua escrita, mostrando que as vivências com as práticas de leitura e escrita interferem na aquisição da escrita, portanto, é necessário partir da realidade do aluno, fazendo ajustes que supram suas necessidades.

Dentre as diversas teorias que discutem a aprendizagem da leitura e da escrita, a visão mais tradicional defende a alfabetização por meio da repetição e memorização. Assim, são decoradas as formas gráficas, ou seja, as letras, e os fonemas, que são os sons. Dessa maneira, conclui-se que os indivíduos estão aptos a decodificar e codificar as palavras, mas, para fazer frases e texto é necessário muito treino e prática de maneira repetitiva, tanto das formas gráficas quanto dos sons.

Segundo Morais (2012), essa visão tradicional tem uma perspectiva empirista, pois ensina a escrita alfabética como um código; primeiro são ensinadas as vogais, depois os ditongos e, por último, as sílabas mais simples. Nesse sentido, em se tratando dos métodos de alfabetização mais utilizados, Galvão e Leal (2005) dizem que são três grupos: os métodos sintéticos, os analíticos e os analítico-sintéticos.

Os métodos sintéticos foram os primeiros a serem utilizados, sendo os mais antigos e comuns até o início do século XVIII. Eles têm como base as unidades menores, que são as letras, os fonemas e as sílabas, e, por último, as palavras, frases e textos, as quais são as unidades maiores. Aqui, o requisito para aprender a ler é a técnica da soletração e o treino do nome das letras.

Nessa perspectiva, há o método silábico, o qual está inserido no grupo dos métodos sintéticos, que promove a alfabetização com base na memorização. De acordo com Galvão e Leal (2005), as abordagens dos métodos sintéticos ignoram o caráter significativo da escrita no processo de aquisição e fazem com que a criança não perceba a funcionalidade do objeto para o cotidiano.

Os métodos analíticos partem dos elementos mais amplos (palavras, frases, textos), para os mais simples. A partir disso, são levadas até a criança palavras que ela conhece de maneira global por meio da memorização, e depois são construídas sentenças significativas por meio das palavras aprendidas. Após isso, são enfatizados os símbolos das letras, sendo representados por um som específico. Nesse sentido, é proposto à criança que memorize

sentenças e, com a leitura global, reconheça outras sentenças.

Por último, o método analítico-sintético, que parte do conhecimento global (palavras, frases e textos) para a decomposição de palavras e letras ou sílabas, tendo como foco as fases de análise sintética, consideradas as mais complexas para a criança. Por meio de ajuda direta e exercícios sistemáticos, a criança é guiada intencionalmente. Dentro desse método, há a palavração, que consiste em o aluno aprender palavras para depois separá-las em sílabas e, então, formar novas palavras.

Braggio (1992), ao discutir os métodos mecanicistas, afirma que eles têm amparo nas teorias de Bloomfield, ao considerarem que a criança realiza a aquisição da linguagem escrita por meio de repetição e imitação, ou seja, o processo da alfabetização é desenvolvido de forma mecânica, pelo qual se devem internalizar padrões regulares na relação entre som e letra. Dessa forma, passa-se a dar uma grande ênfase à codificação e decodificação, considerando a aprendizagem da linguagem escrita algo mecânico. Esse é um pensamento focado no aspecto grafofônico, o qual acredita que a melhor maneira de aprender é com base em elementos isolados e com segmentos menores.

Com o avanço dos estudos no campo da linguística e da psicologia, na década de 1970, surge o modelo interacionista, no qual compreende-se que a criança aprende por meio da sua interação com o objeto de conhecimento, sendo intermediado por outros. Nesse sentido, o professor e a linguagem passam a ser os mediadores, considerando a concepção da criança e o que é significativo para ela. Mais adiante, esse modelo vai sendo aperfeiçoada com as teorias de Vygotsky, Bakhtin e Paulo Freire (BRAGGIO, 1992).

Tendo em vista a origem da concepção sociointeracionista, a escrita é considerada como um processo de transformação. Vygotsky mostra que, no processo da alfabetização, é importante considerar não apenas o ponto de vista da criança, mas também a sua interação com o outro. Além disso, ele afirma que os métodos utilizados precisam ser significativos para o aprendiz, e também fala que a escrita é considerada como um processo de transformação. Nesse mesmo ponto de vista, na metodologia proposta por Paulo Freire, as palavras apresentadas ao aprendiz devem ser de acordo com seu universo vocabular, tendo como base o diálogo, visto como um elemento de comunicação.

Nesse contexto, na década de 1980, a psicologia entra tendo um impacto grande com Emília Ferreiro e Ana Teberosky, ressaltando o como a criança aprende, não focando mais nos métodos. Além disso, os estudos do letramento também se achegam ao campo da alfabetização.

Com base no construtivismo de Jean Piaget, Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1979) mostram como a criança aprende a língua escrita, por meio de um estudo conhecido como “Psicogênese da língua escrita”, o foco já não é mais em como o professor ensina, mas, sim,

em como a criança aprende. Por meio dessa teoria surge a alfabetização na perspectiva construtivista, que passa a questionar os métodos tradicionais de alfabetização. Além disso, compreende que a escrita não é um código, e que não é de maneira instantânea e usando a memorização que as crianças irão aprender a ler e a escrever. A criança é vista como um ser ativo e capaz de construir seus conhecimentos.

Com a influência da psicogênese, busca-se um ensino menos automático e mais ajustado à necessidade da criança. Também é visto que as crianças erram e é normal, porque isso faz parte do processo e não está relacionado a questões patológicas. Outro avanço que a teoria nos traz é que o treino dos fonemas e letras não é a maneira mais adequada de aprender. Sendo assim, somos levados, enquanto professores, a adequar ou criar metodologias que auxiliam as crianças no processo da aquisição do sistema de escrita alfabética.

Outra concepção de alfabetização que vemos surgir, pós década de 1980, é a perspectiva discursiva. Com base na sociogênese do desenvolvimento humano, tem a visão de que a mediação e a participação de outros são elementos fundamentais, não apenas na aquisição e construção do conhecimento da criança, como também na concepção de linguagem. Dessa forma, a linguagem e a palavra, sendo ela oral ou escrita, podem ser um modo de interação.

Outra contribuição para o campo da alfabetização são os estudos do letramento, este se refere aos usos da língua escrita tanto da escola como em outros espaços envolvendo tanto atividades escolares, como práticas sociais diversas. Kleiman (2005) diz que “o letramento está relacionado com os usos da escrita em sociedade e com o impacto da língua escrita na vida moderna” (p.19)

Dessa forma, a escola pode propor diversas práticas de letramento visando ao desenvolvimento dos alunos nos contextos sociais, ao considerar que as práticas de letramento que são realizadas fora da escola têm como fim objetivos sociais que são de interesse do participante da situação em que está inserido.

4 Resultados e Discussão

Diante dessa discussão, percebemos que, durante muitas décadas, os métodos mecanicistas foram utilizados, sendo voltados mais para a relação letra e som, não considerando o papel da criança. Mesmo os métodos globais, que surgem com o objetivo de superar e tornar o processo menos mecânico, acabam não se diferenciando muito.

Braggio (1992) ainda diz que tais métodos de alfabetização, que são influenciados pelo comportamentalismo, são oferecidos como algo imposto, pronto e acabado, são um conjunto de regras já estabelecidas e que não consideram o significado do processo de aprendizagem,

além de assumirem uma postura com a visão de que a criança pode aprender a ler e escrever com palavras isoladas, fora de contexto.

Em contrapartida a tais modelos e métodos mecanicistas utilizados, a teoria da psicogênese ganha uma grande divulgação provocando uma revolução na alfabetização no Brasil. Ela mostra que o conhecimento da escrita é construído de maneira evolutiva, partindo do meio social em que o indivíduo é inserido, isso significa que cada criança vai adquirir conhecimento da escrita e ser alfabetizada de maneiras diferentes, pois a escrita alfabética é uma invenção cultural.

Os estudos do letramento e a compreensão da alfabetização em uma perspectiva discursiva, direcionam as práticas escolares de leitura e escrita para as práticas sociais e para metodologias que ensinem o aluno a significar por escrito.

Sob esse viés, os autores que tomamos como base para a discussão do tema proposto nos ajudaram a compreender alfabetização sob diversas perspectivas, ampliando o conhecimento acerca dos métodos utilizados historicamente e as teorias que contribuíram para que a alfabetização assuma os contornos que tem hoje.

5 Considerações Finais

Neste trabalho tínhamos como objetivo compreender as concepções de alfabetização no decorrer da história, e para que o objetivo fosse alcançado, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, que contou com uma revisão de literatura.

Diante dos elementos abordados até aqui, vemos que o conceito de alfabetização vai além do domínio mecânico. A escrita não é um código a ser decifrado, mas um objeto de conhecimento que está em construção, a linguagem escrita veicula significados. A leitura e a escrita devem estar vinculadas a um contexto, favorecendo uma linguagem ativa e dinâmica, mas claro que deve haver também uma aquisição dos mecanismos básicos do sistema notacional, entendendo o significado e a função do que é ler e escrever, garantindo acesso a novos conhecimentos.

Na perspectiva de Braggio (1992), consideramos que caminhamos na construção de concepções menos ingênuas de alfabetização.

Referências

BRAGGIO, S. L.B. **Leitura e alfabetização-** da concepção mecanicista a sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.

FERRARO, A. R. Alfabetização no Brasil: Problema mal compreendido, problema mal resolvido. In: **Alfabetização e seus sentidos:** o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 65-85

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização.** 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GALVÃO, A.; LEAL, T. F. Há lugar ainda para métodos de alfabetização? Conversa com professores (as). In: **Alfabetização: apropriação do sistema da escrita alfabética.** Belo Horizonte: autêntica, 2005. p.11-28.

MORAIS, A. G. A teoria da psicogênese da escrita: a escrita alfabética como sistema notacional e seu aprendizado como processo evolutivo. In: **Sistema de escrita alfabética,** 2012.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KLEIMAN, A.B. linguagem e letramento- Preciso “ensinar” o letramento? Cefiel/Unicamp, 2005-2010.